

## PROJETO BÁSICO

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00010.20250318/0001-20

#### 1. DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES.

AQUISIÇÃO DE BENS (CESTA BÁSICA, KIT DE LIMPEZA RESIDENCIAL E KIT DE HIGIENE PESSOAL) NECESSÁRIOS ÀS ATIVIDADES DE RESPOSTA AO DESASTRE NATURAL EM DECORRÊNCIA DO VENDAVAL QUE AFETOU O MUNICÍPIO DE RUSSAS NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2025, DECRETADO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 09/2025 DE 27 DE JANEIRO DE 2025 VISANDO AQUISIÇÃO COM RECURSOS TRANSFERIDOS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, AUTORIZADO PELA PORTARIA MDR Nº 598 DE 05 DE MARÇO DE 2025 (PROCESSO 59052.034290/2025-99).

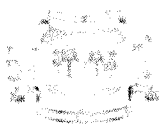
Especificações e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Cesta Básica - Gêneros Alimentícios	2504.0	Unidade	249,76	625.399,04
CESTA BÁSICA COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESPECÍFICOS.					
2	KIT DE LIMPEZA DE RESIDÊNCIA	1252.0	Kit	184,99	231.607,48
KIT DE LIMPEZA RESIDENCIAL COM ITENS ESPECÍFICOS					
3	KIT DE HIGIENE PESSOAL	2504.0	Kit	79,31	198.592,24
KIT DE HIGIENE PESSOAL COM ITENS ESPECÍFICOS					

#### 2. DO PRAZO DO CONTRATO

As obrigações decorrentes da pretensa contratação serão formalizadas mediante lavratura do respectivo contrato, subscrita pelo município, por meio da Secretaria contratante, representada pelo(a) ordenador(a) da despesa, e o contratado, que observará os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 35, de 13 de maio de 2024, e demais normas pertinentes, COM VIGÊNCIA ATÉ 30 DE JUNHO DE 2025.

#### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



## **Contextualização do Evento Catastrófico e Reconhecimento Oficial da Emergência**

No dia **25 de janeiro de 2025**, o município de **Russas/CE** foi atingido por um **vendaval de alta intensidade**, com efeitos devastadores sobre o tecido urbano e social da cidade. Relatórios da Defesa Civil local apontaram **danos severos a moradias, redes de infraestrutura básica, abastecimento de água e energia elétrica**, além de interrupção de serviços públicos essenciais.

Em função da magnitude e da urgência da situação, foi editado o **Decreto Municipal nº 09/2025, de 27 de janeiro de 2025**, declarando formalmente a **situação de emergência**, nos moldes do que dispõe o art. 2º, inciso VIII, da **Lei Federal nº 12.608/2012** (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil).

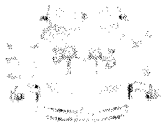
Posteriormente, o reconhecimento federal da emergência foi **homologado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)** por meio da **Portaria nº 598, de 05 de março de 2025**, vinculada ao **Processo Administrativo nº 59052.034290/2025-99**, viabilizando a transferência de recursos federais para ações de resposta imediata ao desastre.

## **Identificação do Problema a Ser Enfrentado**

O vendaval comprometeu diretamente a subsistência das famílias atingidas, muitas delas em situação de vulnerabilidade socioeconômica preexistente. Entre os problemas enfrentados, destacam-se:

- **Insegurança alimentar:** famílias perderam seus estoques de alimentos, seus meios de preparo e, em muitos casos, acesso a fontes de renda.
- **Risco sanitário:** residências ficaram danificadas, gerando acúmulo de sujeira, entulho e água parada, propiciando a proliferação de vetores de doenças.
- **Comprometimento da higiene pessoal:** a perda de bens essenciais (como sabonetes, escovas de dente, absorventes, etc.) compromete a dignidade e a saúde das pessoas atingidas.

Dessa forma, o problema não é apenas a reposição material, mas a **contenção de um ciclo de agravamento social e sanitário** que ameaça evoluir para quadros de calamidade mais severa. A resposta da Administração



Pública precisa ser rápida, proporcional e eficaz, conforme orienta o princípio da eficiência (art. 37, caput, CF) e o dever de proteção da dignidade humana (art. 1º, III, CF).

### **Alinhamento com o Interesse Público e Fundamentação Jurídica**

A presente contratação emergencial visa à **aquisição de três tipos de bens essenciais:**

- **Cestas básicas com gêneros alimentícios selecionados** para assegurar o mínimo nutricional por núcleo familiar;
- **Kits de limpeza residencial**, visando a recomposição das condições mínimas de habitabilidade e salubridade das moradias;
- **Kits de higiene pessoal**, voltados à proteção da saúde individual e coletiva das populações atingidas.

A contratação está fundamentada no **art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a **dispensa de licitação para situações de emergência ou de calamidade pública**, desde que devidamente reconhecidas por autoridade competente e que demandem **resposta imediata que não possa aguardar os trâmites de uma licitação convencional**.

A Lei nº 12.608/2012, por sua vez, estabelece como diretriz da política nacional de proteção e defesa civil a atuação preventiva e responsiva diante de desastres naturais (art. 3º, incisos I e III), cabendo ao ente municipal a elaboração e execução de planos de resposta com uso dos recursos disponibilizados pela União (art. 9º, I e VI).

Assim, a presente aquisição, além de legalmente respaldada, **materializa o exercício de um dever constitucional do Estado** de assegurar proteção à vida, à saúde e ao bem-estar da população.

### **Justificativa da Relevância e da Urgência da Ação Governamental**

A relevância da medida decorre da própria natureza dos bens: são insumos mínimos para **garantir a continuidade da vida com dignidade** após um evento extremo. A ausência ou o atraso na disponibilização desses bens agrava as consequências sociais do desastre, pode resultar em doenças, fome, desalento e marginalização.



A urgência é objetiva: o tempo de resposta é determinante na **minimização dos danos e na efetividade da política de assistência social e defesa civil**. A utilização dos recursos do MIDR deve seguir critérios de **prontidão, transparência e finalidade pública**, observando-se o plano de trabalho pactuado.

### **Conclusão: Necessidade Inequívoca, Interesse Público Evidente**

A aquisição de cestas básicas, kits de limpeza residencial e kits de higiene pessoal no âmbito da resposta ao desastre de Russas/CE é **medida de natureza essencial, imediata e inadiável**. A ação está lastreada em fundamentos legais sólidos, atende diretamente ao interesse público, e **representa o dever do Estado em assegurar amparo emergencial à população em sofrimento**, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei 14.133/2021 e na Lei 12.608/2012.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

A solução proposta consiste na **aquisição emergencial de bens essenciais — cestas básicas, kits de limpeza residencial e kits de higiene pessoal — com o objetivo de atender de forma imediata e humanitária às famílias diretamente afetadas pelo vendaval que acometeu o município de Russas/CE em 25 de janeiro de 2025**, conforme reconhecido pelo Decreto Municipal nº 09/2025 e pela Portaria MDR nº 598/2025.

#### **Fundamentação Técnica da Solução**

A formulação desta solução baseia-se em **estudo prévio das áreas diretamente atingidas**, conduzido pela **Defesa Civil municipal e pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social**, com apoio de informações georreferenciadas, laudos técnicos e relatórios de campo. O levantamento permitiu identificar os bairros e comunidades com maior índice de danos materiais e sociais.

Com base nesse estudo, foi definido o escopo quantitativo da demanda, considerando:



- **2.504 cestas básicas;**
- **1.252 kits de limpeza residencial;**
- **2.504 kits de higiene pessoal.**

Estes quantitativos correspondem ao **número de famílias cadastradas** como diretamente afetadas pelo evento, segundo registro formal em banco de dados específico mantido pela equipe da Assistência Social, o qual contém informações socioeconômicas, localização, composição familiar e situação de vulnerabilidade.

### **Estratégia de Distribuição**

A **logística de distribuição será organizada exclusivamente para atender às famílias cadastradas**, com base em critérios previamente definidos pela equipe intersetorial da Defesa Civil e da Secretaria de Assistência Social. As entregas seguirão cronograma e roteirização conforme:

- **Mapeamento de áreas atingidas;**
- **Listagem nominal de beneficiários;**
- **Pontos estratégicos de entrega (postos de saúde, escolas ou unidades do CRAS);**
- **Controle de recebimento com registro documental (assinatura ou validação digital do beneficiário).**

A execução será acompanhada por equipe técnica composta por servidores municipais e, quando necessário, voluntários treinados e supervisionados.

### **Especificações dos Itens e Critérios de Qualidade**

Os itens que compõem os kits foram descritos com **detalhamento técnico rigoroso** no Documento de Formalização da Demanda (DFD), com especificações quanto a:

- **Composição nutricional, validade e conformidade sanitária** para gêneros alimentícios;
- **Presença de ingredientes ativos, eficácia sanitizante e embalagem segura** nos itens de limpeza;



- **Testes dermatológicos, composição química e regulamentação da ANVISA** para itens de higiene pessoal.

Todos os produtos devem apresentar, no momento da entrega, **validade mínima** compatível com o tempo de consumo previsto e **estar em conformidade com os órgãos reguladores competentes**, como o Ministério da Agricultura, ANVISA e INMETRO.

### **Requisitos e Condições para a Execução da Contratação**

Para garantir a plena execução do objeto contratado, deverão ser observadas as seguintes **exigências operacionais e contratuais**:

- **Entrega integral e fracionada por lote, com conferência técnica e quantitativa em local previamente designado;**
- **Fornecimento em embalagens invioladas, com identificação legível e sem avarias físicas;**
- **Assinatura de termo de recebimento provisório e definitivo por parte da Administração;**
- **Apresentação de nota fiscal com especificação clara dos produtos entregues;**
- **Possibilidade de substituição imediata de itens que apresentarem inconformidades sanitárias, físicas ou técnicas;**
- **Garantia mínima legal para todos os itens, com comprovação de registro nos órgãos competentes;**
- **Capacidade logística do fornecedor para entrega no prazo máximo fixado, dada a urgência da situação emergencial;**
- **Comprometimento com o sigilo e a proteção dos dados pessoais das famílias beneficiadas**, conforme determina a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

### **Resultado Esperado**

Com a implementação desta solução, espera-se **atender de forma imediata e eficaz as necessidades básicas das famílias afetadas**, assegurando:

- A recomposição mínima da segurança alimentar;



- A mitigação de riscos à saúde pública pela manutenção da higiene e limpeza;
- A proteção da dignidade humana e da qualidade de vida, mesmo em cenário de crise.

A contratação proposta, portanto, alinha-se aos princípios constitucionais da administração pública, especialmente os da **eficiência, moralidade, impessoalidade e legalidade**, e atende ao interesse público mais premente: o **socorro e a recuperação da população vulnerável em situação emergencial**.

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o adequado cumprimento do objeto, a contratação exige a observância de um conjunto de requisitos técnicos, operacionais e logísticos essenciais, considerando-se o **cenário de emergência reconhecido oficialmente** e a **necessidade de resposta rápida e eficaz às famílias diretamente afetadas pelo desastre natural ocorrido no município de Russas/CE**.

### Especificações Técnicas dos Itens a Serem Fornecidos

A **descrição técnica detalhada dos itens a serem adquiridos** — incluindo suas composições, características físicas, exigências sanitárias e quantitativos — encontra-se integralmente definida no **Documento de Formalização de Demanda (DFD nº 202503170001)**, parte integrante deste processo.

São objetos da contratação:

6. **Cestas básicas com gêneros alimentícios específicos;**
7. **Kits de limpeza residencial;**
8. **Kits de higiene pessoal**, todos voltados ao atendimento humanitário emergencial.

Cada um dos componentes foi cuidadosamente especificado com base em padrões de segurança alimentar, sanitária e de bem-estar, garantindo atendimento às diretrizes da ANVISA, MAPA e demais normativas técnicas pertinentes.





### **Qualificação Técnica do Futuro Contratado**

A execução satisfatória do contrato exige que a empresa a ser contratada comprove, no momento da habilitação, **capacidade técnica compatível com o fornecimento de bens em situação emergencial**. Serão exigidas, como condição mínima:

9. **Comprovação de fornecimentos anteriores similares** (atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado);
10. **Conhecimento técnico demonstrado na logística de atendimento a demandas em larga escala**, preferencialmente em situações emergenciais ou de assistência social;
11. **Capacidade de armazenamento e transporte de bens em condições adequadas**, com observância à legislação sanitária vigente.

Tais requisitos visam assegurar que o contratado possua domínio e experiência no trato com operações sensíveis, sob pressão temporal e com grande responsabilidade social envolvida.

### **Capacidade Operacional e Logística**

Diante do caráter emergencial da contratação, impõe-se como **condição indispensável à seleção da empresa** a demonstração de **capacidade operacional imediata**, compreendendo:

12. **Disponibilidade de estoque compatível com os volumes demandados**, ou capacidade comprovada de fornecimento em curto prazo;
13. **Estrutura logística apta à entrega de todos os itens no município de Russas/CE**, considerando suas particularidades geográficas e de acesso;
14. **Recursos humanos e materiais suficientes para garantir a integridade dos produtos durante o transporte, descarregamento e conferência**.





O fornecedor deverá ainda estar apto a realizar **substituição imediata de itens com inconformidades**, sem custos adicionais e dentro do mesmo prazo contratual.

### **Prazo de Entrega e Condições de Recebimento**

A entrega dos itens deverá ocorrer **em até 30 (trinta) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato. Esse prazo constitui **condição resolutiva**, dada a natureza emergencial da aquisição. Não serão admitidas prorrogações, salvo casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela Administração.

As entregas deverão:

15. Ser realizadas em **local(is) previamente indicado(s)** pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
16. Estar acompanhadas de **nota fiscal com especificação clara dos produtos**;
17. Ser submetidas à **verificação qualitativa e quantitativa pela equipe de recebimento** designada, podendo ser recusados os produtos que não atenderem aos requisitos estabelecidos.

### **Exigências Críticas para a Solução do Problema**

Além das condições acima, são requisitos críticos para garantir o sucesso da contratação:

18. **Todos os produtos devem possuir validade mínima compatível com o tempo de consumo estimado**, conforme o tipo de item (alimentar, de higiene ou limpeza), sendo vedada a entrega de produtos com validade inferior a 3 (três) meses a partir da data de entrega;
19. As **embalagens devem ser originais, íntegras, invioladas e adequadas à proteção dos itens**;
20. Os itens devem estar **devidamente rotulados e identificados**, com marca, lote, composição, data de fabricação e validade;
21. O fornecedor deverá garantir que os **produtos estejam armazenados e transportados em condições que não comprometam sua integridade e qualidade**;



A contratação pretendida tem natureza **eminentemente humanitária**, com reflexos diretos sobre a **dignidade, a saúde e a segurança alimentar da população em situação de vulnerabilidade extrema**. Por essa razão, a seleção da empresa contratada deve considerar não apenas o menor preço, mas sobretudo a **capacidade técnica, a agilidade logística e o compromisso com a qualidade** na entrega dos bens.

O atendimento a esses requisitos é fundamental para a **resolução tempestiva do problema público diagnosticado** e para a preservação do interesse público envolvido na política de resposta a desastres naturais.

## **22.DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

### **Fundamentação Técnica e Jurídica da Decisão**

A contratação em **lote único** foi definida após análise técnica das condições operacionais, logísticas e de mercado, considerando a **urgência da execução, a interdependência entre os itens, e a complexidade da gestão contratual em cenário emergencial**.

De acordo com o **§ 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, o parcelamento deve ser adotado sempre que for técnica e economicamente viável. Contudo, no presente caso, essa fragmentação geraria **ineficiências operacionais e riscos à efetividade da entrega**, conforme as dimensões analisadas a seguir.

### **Análise Técnica e Econômica**

#### **Viabilidade Técnica da Divisão em Lotes (§ 2º, inciso I)**

Apesar de serem itens distintos (alimentos, limpeza e higiene), a **execução da distribuição demanda padronização, sincronização logística e rastreabilidade única**, dado que a entrega será realizada de forma integrada às famílias previamente cadastradas. O fracionamento dos itens entre fornecedores distintos comprometeria a harmonia da operação e geraria riscos de **entregas descoordenadas ou incompletas**, dificultando o atendimento emergencial e comprometendo o resultado final.

#### **Considerações de Mercado (§ 2º, inciso II)**



O mercado fornecedor dispõe de empresas especializadas na **montagem e fornecimento de kits integrados**, aptas a ofertar todos os itens do objeto de forma conjunta. Ao contratar em lote único, amplia-se a concorrência para **empresas estruturadas e capazes de atender integralmente à demanda**, sem restringir o certame, pois não se trata de item com alta especialização técnica fragmentada.

### **Impactos na Competitividade (§ 2º, inciso III)**

Ao contrário de reduzir a competitividade, o **lote único amplia a atratividade da contratação** para empresas de médio e grande porte, que trabalham com logística integrada e estrutura de fornecimento em larga escala. Isso permite obter **propostas mais vantajosas e mais alinhadas com as exigências de tempo e qualidade da contratação emergencial**.

### **Exceções ao Parcelamento - Aplicação do § 3º do Art. 40**

Nos termos do § 3º, o parcelamento não deve ser adotado quando:

#### **Geração de Economia de Escala**

A centralização da contratação permite **negociação de melhores condições comerciais** com fornecedores, inclusive com **redução de preços unitários** em razão do maior volume, viabilizando **economia direta aos cofres públicos**.

#### **Otimização Logística e Gestão Contratual**

A contratação de um único fornecedor assegura a **coordenação integrada das entregas, controle de qualidade unificado e redução da complexidade administrativa**. Isso resulta em **menor sobrecarga das equipes da Administração**, especialmente em um contexto de calamidade, no qual a capacidade operacional do órgão público já está pressionada.

#### **Padronização e Controle de Qualidade**

A adoção do lote único assegura **homogeneidade dos produtos entregues, padronização das marcas, embalagens e validade**, o que **facilita a conferência técnica e a fiscalização contratual**. A gestão de



qualidade é substancialmente mais eficaz com um único fornecedor, evitando variações ou inconsistências entre lotes.

A contratação em lote único revela-se como a **alternativa mais eficiente, segura e economicamente vantajosa para a Administração Pública**, especialmente diante do **cenário emergencial e da exigência de entrega em prazo máximo de 30 dias**, conforme estipulado.

A fragmentação do objeto:

- 23.aumentaria os riscos operacionais;
- 24.geraria custos administrativos adicionais;
- 25.comprometeria a qualidade e a sincronia da execução;
- 26.e enfraqueceria o poder de negociação da Administração.

Dessa forma, a decisão pela **contratação em lote único está plenamente justificada nos termos legais e técnicos**, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade e interesse público**, e garantindo a **resposta tempestiva e eficaz à população afetada pelo desastre natural**.

## **27.DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

A pesquisa de preços sob a perspectiva da Lei Federal nº 14.133, de 2021 deve ser realizada seguindo diretrizes específicas para garantir que os valores estimados para a contratação sejam realistas e representativos do mercado. Essas diretrizes incluem:

1. Diversidade de Fontes: A pesquisa de preços deve considerar uma variedade de fontes, como contratos anteriores do próprio órgão ou de outros órgãos públicos, preços praticados no mercado, e pesquisas publicadas por entidades setoriais ou especializadas.
2. Atualidade dos Dados: Os preços pesquisados devem ser atuais para refletir as condições de mercado mais recentes. Isso é crucial para garantir que a estimativa seja realista e competitiva.
3. Documentação Detalhada: Todo o processo de pesquisa de preços deve ser meticulosamente documentado, incluindo as fontes consultadas, as datas das cotações e os detalhes dos preços obtidos.



4. Análise Comparativa: Deve-se realizar uma análise comparativa dos dados coletados, considerando variações de preços devido a especificações técnicas, quantidades, condições de entrega, prazos, entre outros fatores.
5. Justificativa para Escolha: A escolha do preço de referência deve ser justificada com base nos dados coletados, explicando por que aquele valor é representativo do custo do bem ou serviço a ser contratado.
6. Transparência e Legalidade: A pesquisa de preços deve ser feita de maneira transparente e em conformidade com os princípios da administração pública, assegurando que os processos sejam justos e equitativos.

Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pela Administração Pública Municipal e de



sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

Cumpre destacar que, no momento da pesquisa, são priorizados os parâmetros descritos nos itens I e II, justificando a impossibilidade de utilização desses no momento da estimativa da despesa para a aquisição de bens e a contratação de serviços em geral.

No presente caso, foram consultados os preços através do sítio "precodereferencia.m2atecnologia.com.br", uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos itens I e II (pesquisa de compras públicas dos Municípios do Estado do Ceará, Governo do Estado do Ceará e Governo Federal e pesquisa em contratações públicas similares).

A metodologia adotada para a pesquisa de preços nesta licitação busca garantir a obtenção de propostas que refletem de forma mais precisa e atualizada as condições de mercado, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O valor estimado da contratação foi de **R\$ 1.055.598,76.**

## **28.DA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA EMERGENCIAL**





A presente justificativa tem como finalidade fundamentar juridicamente a **contratação direta por dispensa de licitação** para aquisição de **cestas básicas, kits de limpeza residencial e kits de higiene pessoal**, no contexto da **situação de emergência reconhecida no município de Russas/CE**, decorrente do **vendaval ocorrido em 25 de janeiro de 2025**, formalmente reconhecida por meio do **Decreto Municipal nº 09/2025, de 27 de janeiro de 2025**, e homologada pelo Governo Federal por meio da **Portaria MDR nº 598/2025**, no âmbito do **Processo Administrativo nº 59052.034290/2025-99**.

A contratação encontra respaldo legal no **art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que assim dispõe:

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.*

A situação de urgência pública aqui retratada **preenche integralmente os requisitos legais**, pois envolve risco à segurança alimentar, sanitária e à dignidade humana de centenas de famílias diretamente afetadas, sendo necessária resposta imediata por parte da Administração Pública para evitar o agravamento dos danos sociais e garantir a proteção da população.





Conforme **§ 6º do mesmo artigo**, a contratação emergencial tem como objetivo preservar a continuidade do serviço público e deve observar os preços praticados pelo mercado:

*§ 6º. Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.*

Neste sentido, **os preços estimados para esta contratação foram obtidos com base em pesquisa mercadológica**, conforme disposto no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, sendo este procedimento devidamente registrado em tópico próprio deste Termo de Referência. A análise de preços assegura que os valores contratados estejam **compatíveis com os praticados pela iniciativa privada**, com transparência e objetividade, em respeito ao princípio da economicidade.

Adicionalmente, será elaborado **documento próprio e específico com a devida justificativa da escolha do fornecedor**, o qual deverá apresentar regularidade fiscal, qualificação técnica e capacidade operacional para cumprir os requisitos contratuais no prazo emergencial estabelecido — **máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura contratual.

A contratação direta fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, **está juridicamente amparada, tecnicamente justificada e compatível com os princípios constitucionais e administrativos que regem a Administração Pública**, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, proporcionalidade e interesse público.

Diante da urgência da situação e da imperatividade de resposta imediata, esta alternativa apresenta-se como a **mais adequada e legal para o atendimento célere, eficiente e seguro da população atingida**.



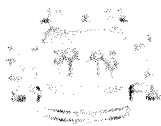
promovendo a adequada aplicação dos recursos públicos federais transferidos para esta finalidade.

## **29.DA HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o contratado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica: a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br); c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência; e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País; g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista: a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a



apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Qualificação Econômico-Financeira: a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; b.1. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. b.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação Técnica: a) O licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objetivo da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. Fica facultado aos licitantes a apresentação de contrato ou instrumento hábil que comprove o fornecimento do objeto do atestado de capacidade técnica mencionado no item anterior. Caso a apresentação do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não sejam suficientes para o convencimento do Agente de Contratação, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica.

### **30. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Os produtos solicitados deverão ser fornecidos e entregues no local indicado pela Secretaria contratante conforme demanda, no prazo máximo de **30 (TRINTA) DIAS** após a expedição das autorizações/ordens de compra/fornecimento, observando rigorosamente as especificações contidas



neste Termo de Referência, que integrará o instrumento convocatório (edital) do certame licitatório.

No ato da entrega, um representante do órgão contratante efetuará a conferência do item, no que se refere às especificações constantes no contrato, cabendo-lhe o direito de recusa caso os materiais estejam em desacordo.

O custo decorrente do fornecimento, inclusive o seu transporte, bem como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto da contratação, correrão única e exclusivamente por conta e responsabilidade do contratado, aplicando-se o mesmo para os casos que necessitem ajustes.

Quanto à entrega do produto:

O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo estabelecido acima e nos locais indicados pela contratante.

Caso a entrega ocorra em dia não útil, a contratante determinará o(s) local(ais) e o(s) horário(s) para o fornecimento, conforme sua necessidade.

A entrega do objeto será de inteira responsabilidade do licitante vencedor do certame, sendo este responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causadas a ele.

Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24 (vinte e quatro) horas antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

O licitante vencedor do certame deverá entregar qualquer quantidade solicitada pela Secretaria contratante, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

Quanto ao recebimento:

31. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.



32.DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das Notas Fiscais pela contratante, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

Caso o material licitado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no termo do contrato

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

### **33.DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 35, de 13 de maio de 2024.

As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

- gestão do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, saldo, dentre outros;

- fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

- fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e



trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

- fiscalização setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo ser exercidas por agentes públicos, equipe de fiscalização ou único agente público, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

- acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

- acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

- coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública;





- coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos;

- constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;

- coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial;

- emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento; e

- diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso.

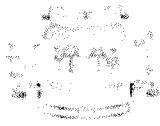
Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

- prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

- anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

- emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;





- informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

- comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

- fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

- comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

- participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial; e

- auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

- prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

- verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

- examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária;



- atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

- participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial; e

- auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico e o recebimento definitivo do gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente.

Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no contrato, nos termos no § 3º do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021.

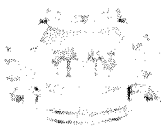
Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais de contrato, deverão ser observadas as seguintes regras:

- a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

- a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

O gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e setorial serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração vinculados ao órgão ou a entidade promotora da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

Caberá ao gestor do contrato e aos fiscais técnico, administrativo e setorial avaliarem as manifestações.



As decisões sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, ressalvados aquelas manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, deverão ser efetuadas em até 1 (um) mês contado da instrução do requerimento.

As decisões serão tomadas pelo fiscal do contrato, gestor ou autoridade superior, nos limites de suas competências.

#### **34. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Os critérios de medição e de pagamento serão definidos no instrumento contratual.

#### **35. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

A responsabilidade da CONTRATADA será definida no instrumento contratual.

#### **36. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

A responsabilidade da CONTRATANTE será definida no instrumento contratual.

#### **37. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções administrativas serão definidas no instrumento contratual.

#### **38. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ções) 1001.08.182.0834.2.071 - Manter as ações Defesa Civil, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903022 - Material de Consumo 33903007 - Material de Consumo; .

**Russas/CE, 28 de março de 2025**



Prefeitura de  
**Russas**



*Maria Saúry Santiago da Silva*  
**Maria Saúry Santiago Da Silva**  
MEMBRO

*Ihanna Karen De Oliveira Figueiredo*  
**Ihanna Karen De Oliveira Figueiredo**  
MEMBRO

*Emanoel Lincoln Albuquerque Costa*  
**Emanoel Lincoln Albuquerque Costa**  
PRESIDENTE